



Estudo foi debatido na semana passada

Pedro Brinca foi um dos oradores presentes na conferência realizada em Tondela, na qual estiveram em destaque os resultados do estudo sobre o impacto dos fundos europeus nas diversas regiões do país.

Destaque

“Fundos europeus são fundamentais para a convergência das regiões”

Pedro Brinca Professor e investigador da Universidade Nova SBE apresentou recentemente um estudo em Tondela

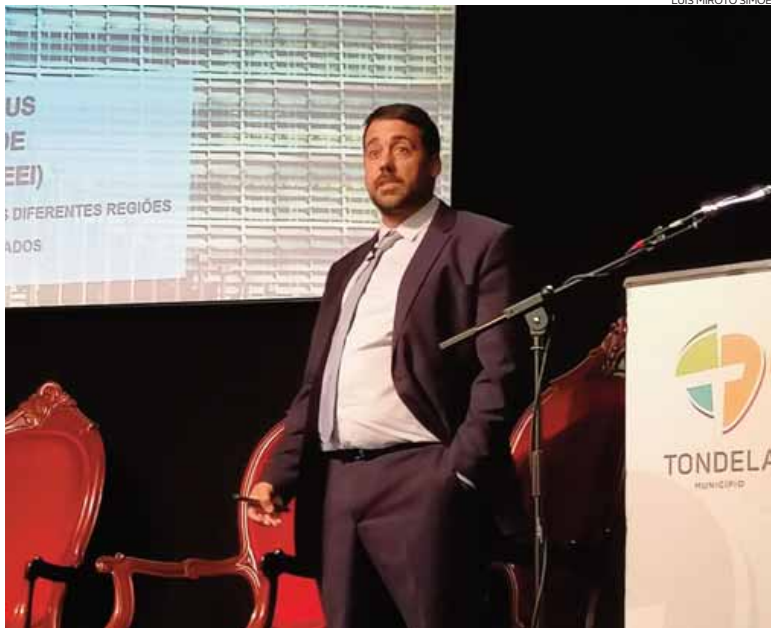
Luís Miroto Simões

Antes de mais, como foi apresentar este estudo na terra-natal?

É uma volta às origens. Saí daqui em 1998, quando fui estudar para Coimbra, mas durante mais dois anos ainda joguei aqui no Desportivo de Tondela. Joguei dois anos como júnior e dois como sénior. Vinha todos os dias de Coimbra para Tondela para treinar. Poder volta a casa e num ambiente que conheço bem é um prazer enorme, obviamente.

Essa ligação ao Interior fê-lo ter 'outros olhos' neste estudo?

Sim, porque Portugal é ainda um país muito centralizado e não há razão nenhuma para isso. Há países como a Suécia em que o departamento de impostos está numa cidade a 1.400 km de Estocolmo. Portugal tem tudo concentrado em Lisboa e o interior poderia ganhar muito com a descentralização. Mas esse não era o foco do estudo. O foco são outras ferramentas de alavancagem e fomento de crescimento dos municípios e regiões que estão mais longe dos níveis de criação de riqueza das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e do Algarve e de que maneira estes fundos são uma ferramenta eficaz a promover uma dinâmica de convergência que nos dê a esperança de que um dia, de facto, possamos ter em Tondela, Santa Comba Dão e noutros municípios do Interior níveis de poder aquisitivo, de rendimento. Já não digo qualidade de vida porque é subjectiva: quem me tira o arroz de cabidela da minha avó tira-me tudo! Mas pelo menos do ponto de vista de serviços, capacidade de aquisição, estar muito mais próximo de Lisboa e automaticamente dos níveis



Investigador frisa a importância dos fundos europeus para diminuir as disparidades entre regiões

de desenvolvimento da União Europeia. E esse foi o resultado que encontramos, que os fundos são uma ferramenta fundamental que nos últimos quatro anos promoveu de forma forte a dinâmica de convergência económica, sem a qual a convergência social não é possível, quer com as regiões mais ricas do país, quer com a média comunitária.

Se de repente tivéssemos um período sem fundos, essa convergência diminuiu?

Se os fundos deixarem de vir, obviamente que essa convergência pode deixar de continuar. O que não quer dizer que o efeito não esteja cá. Permitted às regiões darem o salto, mas claramente que, sem fundos e se o mundo amanhã for como tem sido até agora, nas dimensões que são relevantes para estas dinâmicas, sem dúvida que haverá um processo de convergência muito mais lento ou eventualmente até de diver-

gência.

Mas o objectivo é que os fundos tenham cada vez menos impacto nessa convergência...

Há um fenómeno de ketchup, ou seja, a partir do momento em que ultrapassa a média de 75% muitas regiões começam a ficar excluídas, mas a premissa de base é que depois já tenham criado um certo tamanho crítico para que consigam por si só alavancar o seu crescimento para a frente. Agora, é óbvio que em qualquer região, seja rica ou pobre, se houver investimento, isso fomenta crescimento. O facto de privilegiarmos as regiões mais pobres é porque temos um sentido em que valorizamos a coesão territorial e a igualdade de oportunidades no território e é nesse sentido que os fundos são mais atribuídos às regiões mais pobres, com nível de actividade económica mais baixo relativamente às mais ricas.

Há uma excessiva dependência dos fundos?

O que seria subsídio-dependência? Seria uma situação em que tirando o valor que foi concedido pelos fundos europeus, aquele grupo de empresas que beneficiou deles não criasse mais valor do que o que receberam. O que vemos é precisamente o contrário, temos um impacto quase de cinco vezes o que receberam em termos de fundos. Claramente 1 euro investido representa 5 euros de actividade económica. O que significa que mesmo em termos de receita fiscal, muito desse investimento já foi amortizado. Se olharmos para governança da Europa como um todo, muitos desses fundos já foram recuperados em termos de receita fiscal. Há um investimento mas há retorno. É nesse sentido que é sustentável.

OPRR terá, à sua escala, um impacto igual ao dos fundos?

A visão clara que este governo teve para o PRR foi uma visão de substituição de investimento público por fundos comunitários para diminuir a dívida. É nesse sentido que grande parte do bolo do PRR vai para o Estado, para permitir-lhe não fazer o investimento público que precisa e que tem crescido cronicamente abaixo do necessário desde 2010, para assim conseguir diminuir a dívida pública. Se isso se traduzir depois numa capacidade do Estado de aumentar os níveis de eficiência por via de investimento directo nas estruturas públicas, de poder conseguir fazer mais com menos e ir consumindo menos recursos à economia, baixar a carga fiscal das empresas e pessoas e tornar o país mais competitivo... Agora, se for para contratar mais funcionários públicos e expandir o Estado até ao fim do mundo... Há coisas que preocupam. Temos mil milhões para modernização administrativa e finanças. Quais são os objectivos que o governo visa atingir com esse dinheiro? Mensuráveis, de maneira a que possamos daqui a três ou quatro anos fazer uma avaliação do retorno que esse investimento teve. Não tem uma única métrica de performance.

O governo pode estar apenas a solucionar problemas do passado?

Está a substituir investimento público. A questão é em quanto é que esse investimento vai ser produtivo. Em quanto é que esse investimento vai diminuir a despesa do Estado? Não podemos ir pela criação de riqueza, porque a criação de riqueza para o Estado são impostos e já somos dos países com maior carga fiscal. A grande métrica que eu gostava de ver era que, depois de enterrar mil mi-

lhões nas finanças e administração pública, me dissessem que conseguem ter o mesmo nível de qualidade de serviço com 75% da despesa.

A alternativa era dar mais dinheiro ao sector privado?

Seria uma via. Mas a via do governo é defensável até do ponto de vista económico, não é uma ideia disparatada. É uma escolha económica e política.

E arriscada?

É arriscada se o governo quiser, porque uma das coisas que está mais do que provada que contribui para a melhoria da eficiência e retorno do investimento na função pública – isto está na literatura – é a definição de métricas de performance no sector público e um contínuo acompanhar em que medida é que o investimento que é feito nas estruturas públicas ajuda a atingir essas métricas. Isso é feito em França, no Canadá, nos países desenvolvidos... Portugal tem muito pouco disso, há poucas métricas. E as que temos arrepiam-nos. No sistema judicial Portugal tem um tempo médio processual de 720 dias e a mediana europeia é de 125. Se quiser meter um cliente em tribunal porque ele não pagou uma dívida, está dois anos à espera. Vai meter o cliente em tribunal? Não vai. Em tempo de crise, as empresas dizem 'primeiro pagam, depois é que fazemos'. Isto traz problemas. Ou seja, temos imensas métricas nas quais estamos mal, mas nas métricas de eficiência da administração pública, já que estamos a meter lá tanto dinheiro, eu gostaria de ter métricas que me permitissem dizer: este foi um investimento que teve retorno. E tenho medo que daqui a quatro anos não possa fazer essa avaliação. ◀

ORPEA
RESIDÊNCIAS

Jornada de Portas Abertas 24 e 25 Maio
RESIDÊNCIA ORPEA VISEU
Travessa da Rua do Palácio do Gelo, n.º 2 • 3500-373 Viseu

☎ 232 244 980 www.orpea.pt

Diário de Viseu

In Memoriam Adriano Lucas (1925-2011) | Director Adriano Callé Lucas | DIÁRIO N.º 6513 | 20 DE MAIO DE 2022 | SEXTA-FEIRA | 0,80 €

GRUPO mais Vida
centros veterinários
Centro Avançado
de Cirurgia e Diagnóstico

24h 232 458 304

Pelo seu animal, seja exigente.
Av. Alberto Sampaio, 85 - VISEU

TONDELA JOGA O SONHO NO JAMOR

Uma semana após a despromoção à II Liga, a equipa beirã vai defrontar no domingo o FC Porto na final da Taça de Portugal. Nas bancadas do Estádio Nacional estarão milhares a apoiar **P10**

Fundos europeus são fundamentais para as regiões
Estudo | **P2**



Tondela quer afirmar o Caramulo como "vila museu"
Carla Antunes Borges | **P7**

Sustentabilidade vai criar e promover novas oportunidades
Concelho de Vouzela | **P8**

Académico prepara a nova época
Futebol | **P11**



Jovem não reconhece falta do adversário e falha grande penalidade

Miguel Silva considerou que aproveitar o lance para beneficiar a sua equipa, o Sport Viseu e Benfica, não era correcto e não hesitou em não converter a grande penalidade em gol **Página 11**

INVASÃO DA UCRÂNIA

Ataque russo faz 12 mortos e 40 feridos em Severodonetsk

Página 13

Estado de mulher ferida em Armamar "evolui de forma favorável"
Internada | **P8**

"Dão Primores" discutem-se hoje e provam-se amanhã
Comissão Vitivinícola | **P3**



Região vai receber este Verão produção de Hollywood
Filmagens | **P16**

Blaya e Diogo Piçarra também vêm à Feira de São Mateus
Programa | **P3**

CTP **MELHORES** Empresários | Negócios

Ciclo Workshops

POISE 2020

workshop PRESENCIAL: Delegação AHRESP Viseu
/CONTROLO DE CUSTOS E FICHAS TÉCNICAS
24 MAIO | 15h



Workshop **GRATUITO**
Inscrição **OBRIGATORIA**
ahresp.com